

# O MUNDO DO TRABALHO: MODIFICAÇÕES, CONSEQUÊNCIAS E NOVAS EXIGÊNCIAS PARA O TRABALHO

Debora Daracelli Braga de Almeida Mendonça<sup>1</sup>

## RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e as exigências da indústria para o perfil do trabalhador de novo tipo. Procurou-se enfatizar a crise do sistema capitalista e suas especificidades, bem como apresentar o processo de globalização, a reestruturação produtiva e as novas formas de organização do trabalho e as consequências dessas mudanças para o conteúdo do trabalho e para o trabalhador. Além disso, aborda-se a implantação do toyotismo e seus efeitos no mundo do trabalho e o surgimento da periferia da força de trabalho. E, por fim, buscou-se apresentar as exigências da indústria para o perfil do trabalhador, desde as concepções da qualificação e das competências decorrentes das mudanças do mundo do trabalho.

*Palavras – chave:* mundo do trabalho; trabalhador de novo tipo; qualificação e competência.

## MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E CONSEQUÊNCIAS PARA OS TRABALHADORES

O desenvolvimento do capitalismo possui fases que se distinguem em cada contexto histórico. No período do pré-capitalismo, o capitalismo se configurou pela manufatura. Na fase livre concorrencial ou comercial, o Estado não poderia intervir nas atividades econômicas e havia a prevalência do *laissez-faire* e da livre circulação das mercadorias. Já no período do capitalismo monopolista, o número de empresas decaiu progressivamente; contudo, as empresas que permaneceram apresentaram-se como grandes empresas. A lógica de sobrevivência dessas empresas é a derrubada das concorrentes através de sua compra ou por meio

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação pela UFMS/CPAN. Integrante do Grupo de Estudos Nucleados do Trabalho e educação – GENTE – Coordenado pelo professor Dr. Hajime Takeuchi Nozaki. E-mail: d\_daracelli@yahoo.com.br

de sua falência. Logo, a tendência é monopolizar os trustes - fusão dos capitais - e os cartéis - controle dos preços -, que fazem parte da configuração do processo de monopolização do capitalismo (RODRIGUES, 2007).

Tem-se, assim, que o capitalismo possui, em suas diversas fases, modificações, tanto no âmbito do trabalho quanto no âmbito da produção. Entretanto, o que se assemelha entre todas essas fases é essencialmente a acumulação do capital que tende a levar constantemente o capitalismo às crises cíclicas.

Como o objetivo do capitalismo é acumular capital, esse sistema utiliza a exploração da força de trabalho dos operários para a geração do lucro, que é o que Marx chamou de processo de extração de mais-valia. Ou seja, o capitalista compra a força de trabalho do trabalhador para produzir suas mercadorias e paga ao trabalhador somente um dia de força de trabalho. A mais-valia caracteriza-se, assim, pelo custo do trabalho a mais, disposto no produto que custa somente ao trabalhador. Logo, o capitalista tira seu lucro do produto que ele não pagou (MARX, 1985).

Para que a produção se realize é necessário que o capitalista tenha dois elementos essenciais: a força de trabalho e os meios de produção. Por meio de um capital inicial, o capitalista compra a força de trabalho e os meios de produção. O capitalista transforma o valor do capital variável, ou seja, a força do trabalho do operário que adianta, num valor mais alto, mediante sua troca por trabalho explorado. O capital variável é assim denominado, porque não possui uma posição permanente na produção, e muda seu valor constantemente no processo de produção, seja por meio dos salários, seja pela rotatividade. Percebe-se que o capitalista somente pode explorar se ele adiantar as condições para a realização do processo de trabalho. Mesmo que só a parte variável produza mais-valia, essa mais-valia só é produzida se forem adiantadas as condições de produção, já que é por meio dos elementos para a realização da produção – maquinaria, matéria-prima, matérias auxiliares – ou seja, capital constante, que a exploração se realiza (ibid.).

Thomas Gounet (1999) expõe que os capitalistas lutam individualmente para acumular capital. Para isso é necessário que se realize a acumulação numa velocidade superior aos dos concorrentes devido à limitação da demanda, já que esta depende da renda da população. Nessa concorrência de capitalista contra capitalista,

eles só enxergam o lucro, sem levar em conta o modo pelo qual obtiveram este lucro. O capitalista acredita que seu lucro provém do conjunto do capital, em especial da parte constante, como se o seu rendimento se devesse principalmente à quantidade de máquinas pertencentes a ele.

Na verdade, o lucro obtido pelo capitalista é retirado do produto que o trabalhador produziu e o capitalista não pagou, ou seja, o capitalista vende o produto livre de qualquer gasto. Assim, a relação da mais-valia e a soma do capital variável e capital constante se expressam segundo Marx (op.cit.) na taxa de lucro.

O capitalista não percebe a proporção do capital variável e constante, pois está interessado em saber o quanto ele pode ganhar e não de onde vem o lucro. Deste modo ele calcula o rendimento pela quantidade de máquinas, já que para ele a taxa de lucro é procedente do conjunto do capital e da parte constante (COGGIOLA, 1998).

Assim, o capitalista reduz os custos de produção, porém continua vendendo a preços determinados pela taxa média de lucro, aumentando a produtividade levando a uma redução do custo de cada mercadoria, concomitantemente aos novos investimentos de máquinas. Contudo, o movimento do capitalista em incrementar e investir na produtividade causa a diminuição de seu lucro (ibid.).

E, na disputa intercapitalista, o ato de investir em capital constante leva o capitalista a dois caminhos distintos; ou o capitalista dispensa força de trabalho, ou a mantém sem que haja aumento proporcional do capital constante. Assim, cada mercadoria surge com menos taxa de lucro, uma vez que cada mercadoria individual absorve menos trabalho vivo e objetivado nos meios de produção. Logo, o preço da mercadoria diminui e a massa de lucro permanece a mesma, porém a sua distribuição sobre a soma das mercadorias é transformada (MARX, 1986).

O que se percebe é que o investimento aplicado no capital constante não demonstra mais rendimento, uma vez que é por meio do capital variável que os capitalistas retiram seus lucros, ou seja, o aumento do capital constante entra em choque com o objetivo do capital – acumulação. Como a única maneira de aumentar o lucro diante da concorrência é o investimento do capital constante, esta luta individual dos capitalistas entra em “contradição com o interesse do capitalismo em seu conjunto, pois o aumento do lucro individual provoca uma queda do lucro do conjunto do capital” (COGGIOLA, op.cit., p.75-76).

Portanto, a queda tendencial da taxa de lucro caracteriza-se como uma das leis do movimento do capitalismo, que se refere à relação contrariamente proporcional entre o aumento do capital constante e a diminuição do capital variável. Ou seja, a concorrência entre as empresas as leva a buscar sempre formas mais lucrativas de produzir, por meio do investimento de máquinas, diminuindo, assim, o trabalho humano. Nota-se que a troca de trabalho vivo por trabalho morto faz com que a valorização de capital diminua relativamente aos métodos de produção com mais trabalho vivo na composição orgânica do capital da empresa. Ocorre deste modo que a taxa de lucro cai proporcionalmente perante o investimento em capital constante. Assim, há uma necessidade de um aumento absoluto da produção devido ao aumento da produtividade relativa (ibid.).

Conforme os capitalistas adentram nesse processo de acumulação, a economia tende a entrar numa crise de superprodução, ou seja, muito produto para pouca demanda. Segundo Rita de Cássia Barbosa Araújo (1998), o aumento da produtividade e a expansão da oferta de produtos no mercado acabam por superar a procura por produtos, levando ao seu barateamento, o que faz com que tanto a produção quanto o emprego diminuam. Além disso, Osvaldo Coggiola (op. cit.) acrescenta que, com a criação da riqueza material, o capital suga as condições de geração da riqueza social, criando-se de um lado o excesso de riqueza para a classe dominante e do outro o excesso de pobreza para a classe dominada. Essa situação acaba por impedir a participação dessa classe na riqueza produzida.

Frigotto (2003), em suas formulações, explicita que a natureza da crise é sempre a mesma, e acrescenta que “[...] a crise é um elemento constituinte, estrutural, do movimento cíclico da acumulação capitalista, assumindo formas específicas que variam de intensidade no tempo e no espaço” (p. 62).

Segundo Pêrsio Santiago (1998):

O primeiro momento importante para a descoberta dos componentes formadores das crises veio com a Revolução Industrial, que com seus aspectos originais introduziu uma série de alterações no capitalismo que o tornaram de certa forma inédito e imprevisto. Os primeiros a se ocupar delas foram os economistas clássicos, cujo campo de observação foi, especificamente, a Inglaterra e a França.

Para a maioria dos economistas clássicos que dominaram o pensamento econômico durante toda a primeira metade do século XIX, as primeiras crises industriais observadas apareceriam como acidentes de natureza conjuntural no curso da acumulação de capital (p. 17).

**Esses estudos, contudo, não conseguiram abstrair o sentido específico das crises, mas, pela razão das preocupações, focaram-se no âmbito das inovações técnicas e das oportunidades de investimento de capital (ibid.).**

**Foi só a partir dos estudos de Marx que se passou a considerar:**

O fato de os economistas clássicos colocarem em evidência uma questão fundamental, o caráter aleatório de equilíbrio de um sistema econômico dinâmico em crescimento, dotado de um modo de distribuição de renda que não é coordenado nem com crescimento da produção nem com a composição desta (ibid., p 22).

**Santiago (ibid.) acrescenta que com base na concepção materialista histórico-dialética, Marx e Engels apontaram a sociedade burguesa como “produto de um desenvolvimento histórico composto por movimentos causados pelas contradições imanentes a qualquer sociedade.” (p. 23). Da mesma forma que a sociedade burguesa surgiu da derrocada do feudalismo, esta terá sua ruína, já que com o esgotamento do desenvolvimento das forças produtivas, o sistema se depararia com o fim de sua expansão.**

**Araújo (op.cit.) reforça que:**

No momento em que o desenvolvimento das forças produtivas ultrapassa as necessidades de valorização do capital, acontece a superprodução ou superacumulação do capital. A crise de superprodução, por conseguinte, expressa as contradições intrínsecas da produção capitalista, particularmente o momento em que as forças produtivas entram em contradição com as relações de produção (p. 65).

**Tem-se, portanto, que as crises seriam manifestação destas contradições, e por estarem inseridas no sistema “[...] com o tempo**

se tornariam cada vez mais intensas e ocorreriam num intervalo de tempo cada vez mais curto” (p. 24), o que acarretaria no agravamento da luta de classes e que potencializaria a superação do modo de produção capitalista (ibid.).

Tem-se, ainda, que a crise não se apresenta isoladamente, mas ela traz consigo novas formas de organização do trabalho, que, também, variam com o tempo e o espaço.

### **GLOBALIZAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AS NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO**

O processo de globalização teve seu início após a primeira Revolução Industrial, na qual a economia passou de mera economia regional para tornar-se economia de mercado mundial. Esse processo de globalização primitiva foi marcado por grandes desigualdades econômicas de ordem mundial e de luta de poder (BANDEIRA, 1998).

Karl Marx e Friedrich Engels (2008) explicitaram em suas formulações que:

A necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos impele a burguesia a conquistar todo globo terrestre. Ela precisa estabelecer-se, explorar e criar vínculos em todos os lugares. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para grande pesar dos reacionários, ela retirou a base nacional da indústria. As indústrias nacionais tradicionais foram, e ainda são, a cada dia destruídas. São deslocadas por novas indústrias, cuja introdução se tornou essencial para todas as nações civilizadas. Essas indústrias não utilizam mais matérias-primas locais, mas matérias-primas provenientes das regiões mais distantes, e seus produtos não se destinam apenas ao mercado nacional, mas também a todos os cantos da Terra. Em vez das necessidades antigas, satisfeitas por produtos do próprio país, temos novas demandas suprimidas por produtos dos países mais distantes, de climas os mais diversos (p. 14-15).

Vinicius Bandeira (op. cit.) ressalta que, com o advento da revolução tecnológica, o mito da globalização ganha mais força. Tem-se que a ideologia da globalização divulga a idéia de um mundo mítico, no qual as pessoas acreditam que esse processo trará desenvolvimento ao seu país. Propaga-se a ideologia de que, com a instalação das multinacionais em países menos desenvolvidos, a geração de empregos, a tecnologia, a riqueza, entre outros, serão uma realidade alcançável. Porém, a realidade é bem contrária à divulgada. Com o advento das grandes indústrias nos países menos desenvolvidos a miséria, a fome, a exploração de mão de obra barata e o aprofundamento da desigualdade social reinam livremente. Bandeira (ibid.) afirma que a globalização nada mais é do que uma forma de disfarçar os interesses reais da classe dominante.

O movimento da globalização propiciou mudanças significativas não somente na expansão da indústria e do comércio, mas facilitou o modo organizacional do trabalho. Por volta do início do século XX, o modo organizacional do trabalho passou a se basear nos princípios elaborados por Frederick Winslow Taylor, ou seja, pelo seu método de organização científica do trabalho, que visava à racionalização da produção, o aumento da produtividade e a economia de tempo. Esse método organizacional permitiu o controle da classe dominante sobre o trabalhador (RAGO e MOREIRA, 1984).

Esse método tentou, também, dar uma resposta ao problema específico de como controlar melhor o trabalho alienado, uma vez que a gerência se tornaria um emaranhado de frustração se coubesse ao trabalhador qualquer decisão sobre a sua atividade. O controle foi essencial, pois impôs ao trabalhador a maneira rigorosa pela qual o trabalho deve ser executado (BRAVERMAN, 1987).

Taylor criou, para tanto, alguns princípios que nortearam o método organizacional. O primeiro princípio baseou-se em um estudo sistemático denominado de *dissociação do processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores*. Nesse princípio, o administrador agrupa todo o conhecimento que era de posse do trabalhador e o reduz para que o processo de trabalho seja independente das capacidades dos trabalhadores. Assim, a gerência teria todo o domínio do conhecimento que antes pertencia ao trabalhador (ibid.).

O segundo princípio visava à extinção do trabalho mental entre os trabalhadores. A partir do momento que o trabalho se torna

um fenômeno social, tem-se a oportunidade de dicotomizar a sua concepção e a execução, levando o homem a equiparar-se "ao nível de trabalho em sua forma animal" (ibid., p. 104).

Essa dicotomização tinha por objetivo baratear o trabalhador: ao diminuir seu preparo e aumentar sua produção, o trabalhador seguiria instruções simplificadas sem pensar e sem compreender os raciocínios técnicos (ibid.).

Já o terceiro princípio desenvolvido por Taylor definia que o elemento essencial era o pré-planejamento e o pré-cálculo de todos os elementos do processo de trabalho, para que, assim, somente a equipe de gerência tivesse o processo na mente. Ou seja, cabia à equipe de gerência a "utilização deste monopólio do conhecimento para controlar cada fase do processo trabalho e seu modo de execução." (ibid. p.108).

Como se não bastasse a introdução do taylorismo como forma de controlar a classe trabalhadora, no ano de 1914, Henry Ford, visando melhorar a produção na linha automática de montagem de carros, introduziu novos métodos de trabalho e conduta para o trabalhador. Com a sua máxima de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores de sua fábrica, Ford tinha como meta atingir uma produção de massa, acompanhada do consumo de massa. Esse novo sistema de política e de reprodução da força de trabalho surgiu carregado de novos modos de viver do trabalhador, sendo necessário que ele dirigisse sua vida conforme os padrões aspirados pela fábrica (HARVEY, 2000).

Ford acreditava de tal maneira no poder corporativo de regulamentação da economia que aumentou os salários de seus trabalhadores, na esperança de que isso aumentasse a demanda efetiva, e restaurasse o mercado e a economia. Contudo, "as leis coercitivas da competição se mostraram demasiado fortes", forçando Ford a "demitir trabalhadores e cortar salários" (ibid., p. 122).

Para evitar que o sistema capitalista entrasse em colapso, devido ao elevado grau de trabalhadores desempregados, os cortes de salários e o aumento da miséria, conseqüentes da guerra mundial, o economista John Maynard Keynes apresentou formas estratégicas em que o Estado aparecia como figura intervencionista para amenizar o mal que se propagava. Assim, "a intervenção do Estado na economia, [tinha como objetivo] evitar o colapso total do sistema" (FRIGOTTO, op.cit. p. 70).

O Estado de Bem-Estar Social aliou-se ao padrão de acumulação taylorista/fordista, que tinha como base a produção em massa, trabalhos repetitivos, racionalização e padronização (GOUNET, op. cit.). Durante o período keynesiano, os padrões de vida da população elevaram-se. O Estado de Bem-Estar Social tentou garantir assistência aos trabalhadores, como o seguro desemprego, para que assim pudessem gastar e a economia pudesse voltar a funcionar (FRIGOTTO, op.cit.).

Contudo, o poder do Estado se viu enfraquecido já que, com a distribuição dos benefícios, a concentração da riqueza passou a ser de domínio somente do capital.

Aspirantes do neoliberalismo reclamaram nova posição do Estado. Friedrich Hayek, autor do texto *O caminho da servidão*, de 1943, apareceu como defensor desses ideais. Suas ideias tomaram forma a partir da crise da década de 1970, quando o capitalismo entrou em recessão em conjunto com as baixas taxas de crescimento e aumento da inflação. Para que a crise não se agravasse, o Estado decidiu conter os benefícios e viu a necessidade da criação do exército de reserva de trabalhadores. Ou seja, era necessário que houvesse desemprego e desigualdade social para que a economia se tornasse estável (ANDERSON, 2000).

Uma nova forma de acumulação surgia, o toyotismo ou padrão de acumulação flexível, caracterizado pela horizontalização das empresas, no qual a planta da empresa é constituída por uma fábrica matriz, acompanhada de fábricas satélites. Esse novo padrão de acumulação favoreceu a intensificação da superexploração da força do trabalhador, as subcontratações, a polivalência e o enfraquecimento dos sindicatos, além da introdução de tecnologias (GOUNET, op.cit.).

Com o advento da tecnologia no meio fabril, as relações de trabalho tomaram uma nova forma, na qual a produção em massa foi substituída pela flexibilidade. Ricardo Antunes (2007) aponta que “o toyotismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado” (p. 24, grifo no original).

Com a flexibilização do trabalho, o capital tem poder sobre o tempo de trabalho do trabalhador e este se vê à mercê da indústria. O trabalho passa a ser constituído da miséria produzida pela sua própria produção.

No período vivido do pós-guerra, para poder atender ao mercado interno e sua exigência de produtos diferenciados com reduzido número de pedidos, as empresas tiveram que se utilizar da competitividade e da competência. Deste modo, poder-se-ia "satisfazer rapidamente os pedidos pequenos e variados." (ibid., p.32).

Nota-se que o toyotismo surgiu como forma de consolidar o capitalismo monopolista, já que com a globalização o mercado interno não tem condições de se manter no mesmo patamar concorrencial que as grandes empresas. Dumenil e Lévy (2005, apud TREIN, 2007) apontam que:

A ordem neoliberal não objetiva garantir nenhum desenvolvimento para os países periféricos e nem mesmo garantir a acumulação nos países centrais, mas tão-somente restaurar a renda e o patrimônio da classe dominante (p.121).

**Eunice Trein (id.) acrescenta que:**

As informações divulgadas pelos organismos internacionais comprovam que a partir dos anos 80 do século XX cresceu a concentração de renda das parcelas mais ricas da sociedade, enquanto para a classe trabalhadora e as nações periféricas só se acentuaram o desemprego e a miséria.

Em síntese, o toyotismo caracterizou-se pela produção puxada pela demanda, processo no qual a produção era realizada conforme o consumo da mercadoria. Na produção puxada pela demanda o estoque era mínimo, e uma pequena quantidade de mercadoria era exposta ao consumidor, a quem cabia escolher a mercadoria desejada para que a empresa fabricasse o produto, garantia essa que assegurava que não haveria produto parado no estoque (GOUNET, op.cit.).

Nesse método de produção, a decomposição do trabalho era eficaz para o combate ao desperdício. Como apenas a produção agrega valor ao produto, a decomposição do trabalho permitiu a diminuição dos custos com transporte, estocagem e o controle de qualidade (ibid.).

Diferentemente do modelo taylorista/fordista, a operação de várias máquinas pelo trabalhador é essencial para que a produção seja eficaz e ágil. Assim, o trabalhador deve possuir uma característica polivalente para se adequar ao trabalho. O trabalho já não é mais individualizado e passa-se a trabalhar em equipe. Tem-se, ainda, o *kanban*, uma espécie de placa que controla o que foi retirado para a produção e avisa que o elemento deve ser recomposto (ibid.).

Os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) também são outra característica do toyotismo, no qual cada operário vigia o outro para garantir um bom rendimento de trabalho (ANTUNES, 1999).

### **O PADRÃO DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL, A PRECARIZAÇÃO E A PERIFERIA DA FORÇA DE TRABALHO**

Paul Singer (2000) destaca que com a implantação do toyotismo surgem novos postos de trabalho, porém, são postos ocupados por conta própria e que não garantem nenhum tipo de emprego ou de direitos trabalhistas. Para a empresa isto é um ponto favorável, visto que não há mais a necessidade de se preocupar com o pagamento de horas extras, há uma redução dos empregos estáveis e, conseqüentemente, a redução dos custos com o trabalhador.

Outro fenômeno causado pela crescente onda de desemprego é o desemprego aberto, conceito apresentado por Paul Singer (op.cit.). O desemprego aberto é caracterizado pelo contingente populacional que utiliza seu tempo para a procura de emprego. Os que não conseguem achar um emprego na área em que atuavam, ou na região provenientes onde moram, por vezes se vêem obrigados a mudar de profissão ou de lugar, para que não acabem na miséria total.

Giovanni Alves (2000) ressalta que o novo precário mundo do trabalho é constituído por um trabalho com o operário qualificado, disposto a colaborar com o capital e também constituído por operários precarizados. Essa precarização é reforçada pelo controle da subjetividade operária. Exigem-se novas qualificações, tais como a capacidade de agir, intervir e decidir em situações imprevisíveis. O novo controle do trabalho gera a intensificação da superexploração, que se mantém com a introdução generalizada de tecnologias microeletrônicas na produção.

Por meio das formulações de Paul Singer (op.cit.), reforça-se a ideia de que a tecnologia afetou diretamente a classe

trabalhadora, visto que, com a introdução da robótica, o trabalho repetitivo, realizado por vários trabalhadores, foi ocupado por ações programadas realizadas somente por uma máquina.

Luciano Vasapollo (2005) acrescenta que a introdução de novas tecnologias no processo de produção tende a aumentar a intensificação do trabalho, sem aumentar os salários dos trabalhadores, além de desqualificar o trabalho e causar o desemprego estrutural. Tudo se converte em precariedade e o trabalho torna-se trabalho atípico.

Marx e Engels (op. cit.) relatam que “pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países.” (p. 14). Os autores (ibid.) ainda acrescentam que “as indústrias nacionais tradicionais foram, e ainda são, a cada dia destruídas. São deslocadas por novas indústrias, cuja introdução se tornou essencial para todas as nações civilizadas” (p. 14).

Deste modo, percebe-se que a destruição das pequenas indústrias e das nações periféricas faz parte do processo de enriquecimento da classe dominante, além do aumento constante da pobreza, da precarização do trabalho, do desemprego e da fragilização da classe trabalhadora.

Vasapollo (op.cit.) ressalta que:

[...] o atual processo de mundialização capitalista, significa apenas o domínio das bolsas de valores e da financeirização da economia, em conflito direto com qualquer forma de melhoria das condições de vida dos trabalhadores, obstaculizando a ampliação dos direitos sindicais e universais (p. 20).

A acumulação flexível proporcionou, então, um domínio social baseado na flexibilidade dos processos produtivos no qual aparecem novos setores de produção e um aumento dos setores de serviço.

Segundo Antunes (2007), com o aumento do setor de serviços, da inserção da mulher no meio operário, da exclusão contínua dos jovens e dos velhos no mundo do trabalho, da diminuição do operariado da fábrica, pode-se constatar o surgimento da heterogeneização do trabalho. O trabalhador fabril percebe-se, marcado por um trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, além da precariedade do emprego e da remuneração, da desregulamentação

das condições de trabalho e ausência do sindicalismo que leva à individualização do trabalhador (ibid.).

Vasapollo (op. cit.), ao analisar a legislação na Itália da década de 1990 em relação ao mundo do trabalho, apurou que pela Lei nº 196 de 24 de junho de 1997, - conhecida como "Pacote Treu" - houve mudanças significativas nas novas formas de contratação e de trabalho que afetam diretamente o trabalhador, colocando-o ainda mais em desvantagem frente às empresas.

Segundo as formulações de Vasapollo (ibid.), o *trabalho temporário* é uma forma de trabalho organizado por empresas autorizadas, na qual a empresa solicita às agências de trabalho mão-de-obra por um tempo determinado. Já o *contrato de formação de trabalho* visa ingressar jovens no mercado de trabalho. A *redução dos horários de trabalho e trabalho de tempo parcial* pretendem reduzir as jornadas de trabalho visando ampliar os índices de ocupação e flexibilidade. Os *trabalhos socialmente úteis* são uma jogada do legislativo para a criação de emprego nas modalidades de contribuição de serviços para a comunidade, forma esta de desresponsabilizar o Estado quanto aos desempregados e excluídos do mundo do trabalho.

No Sul da Itália, têm-se ainda as *bolsas de trabalho* que financiam bolsas e trabalhos para favorecer os jovens desempregados. Já a *aprendizagem* tem como objetivo ajudar os jovens por meio da prática. Os *contratos temporários*, ao contrario do que ocorria no passado, em que o vínculo contratual era automaticamente efetivado se ultrapassasse o limite estabelecido, tornaram-se flexíveis, não existindo mais o processo anterior. Por meio do *outsourcing* (parceria com um ou mais fornecedores da cadeia produtiva com vistas a obter mão-de-obra fora da empresa), as empresas podem externalizar seus trabalhadores, formando, dentro da empresa, outras pequenas empresas. Com o *staffleasing* (técnica de gestão de pessoal amparada no contrato com agência), as agências de trabalho podem oferecer mão de obra por meio de contratos temporários, indeterminados (op.cit.).

Nas formulações de Antunes (ibid.), as ações dos capitalistas de contratar trabalhadores parciais e fáceis de serem demitidos, em conjunto com a introdução tecnológica que acaba por exterminar o trabalho manual, fazem com que a taxa de desemprego estrutural torne-se cada vez maior.

Percebe-se que no interior da classe trabalhadora há uma redução da quantidade do operariado industrial tradicional, que implica, paralelamente, uma alteração qualitativa na configuração de ser do trabalho, que incita maior qualificação, mas, em contrapartida, também impele para a sua desqualificação (ibid.). Como se não bastassem as mudanças no interior do proletariado, há também mudanças no interior de cada setor da classe. É nessa linha que Antunes (ibid.) enfatiza que o desemprego estrutural criou a “heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora” (p.50), já que a classe dominante torna cada vez mais a classe trabalhadora uma classe de classes.

Vasapollo (op. cit.) ressalta que no trabalho atípico encontram-se diversas características que se opõem ao trabalho padrão, o qual se regula pelo horário integral, pela diversidade entre empregado e trabalhadores independentes, e pelas promoções. Segundo Vasapollo (ibid.), o trabalho atípico pode configurar-se por várias determinações, dentre elas:

1. diferenças em relação ao trabalho-*standard*: falta uma ou mais características em relação à integração organizativa da empresa, à obrigatoriedade do tempo indeterminado, ao regimento constante de prestação de serviços, à exclusividade na relação e na oferta da disponibilidade temporal;
2. uma prestação de serviços cuja característica fundamental é a falta ou insuficiência de tutela formativa e contratual. No trabalho atípico, são incluídas todas as formas de prestação de serviços, diferentes do modelo padrão, ou seja, do trabalho efetivo, com garantias formais e contratuais, por tempo indeterminado e *full-time*. (p. 34).

Antunes (op. cit.) acrescenta que devido ao acirramento da segmentação da classe trabalhadora, pode-se perceber a presença de um grupo de trabalhadores que se encontra no centro do processo produtivo, e que “permanece em tempo integral dentro das fábricas, com maior segurança no trabalho e mais inserido na empresa” (ibid. p. 61). Logo, esse grupo de trabalhadores dispõe de vantagens que não há no subgrupo periférico.

A respeito da periferia da força de trabalho, Antunes (ibid.) destaca que ela se compõe de dois subgrupos distintos, no qual o

primeiro subgrupo é formado por trabalhadores de tempo integral, com habilidades fáceis de encontrar no mercado de trabalho e caracterizado por uma alta rotatividade. Já o segundo grupo periférico proporciona alta flexibilidade e conta com trabalhadores de tempo parcial, com contratos fechados com tempo determinado, temporários, terceirizados, e que, apesar de serem treinados por subsídios públicos, possuem maior vulnerabilidade empregatícia.

Com o toyotismo e sua característica de horizontalização das empresas, o processo de terceirização ganha espaço nas fábricas. A terceirização é operada pelas subcontratações e pela fragmentação do coletivo operário, no qual há o controle da organização e da resistência pelo capital (ALVES, op.cit.).

Notam-se que “as mudanças organizacionais, tecnológicas e de gestão também afetaram fortemente o mundo do trabalho nos serviços, que cada vez mais se submetem à racionalidade do capital e à lógica dos mercados” (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 338).

Percebe-se que o trabalhador, mesmo atuando em empresa terceirizada, acredita que isso é bom para si. A ideologia dominante inculca neles que a qualificação é a chance de crescerem profissionalmente. Porém, o encaminhamento dos trabalhadores para as fábricas terceirizadas resulta na precarização e perda dos direitos trabalhistas (ALVES, op. cit.).

Há um facilitamento para a oferta da força de trabalho, entretanto, a precarização pode ser condicionada a esta oferta. Marize Nogueira Ramos (2002) explicita que:

A flexibilidade externa, voltada a facilitar os ajustes da oferta da força de trabalho periférica, permite a desregulamentação das relações trabalhistas, que pode vir acompanhada de uma precarização baseada nos contratos temporários, de tempo parcial e na subcontratação (p. 173).

O trabalhador terceirizado não possui benefícios, muitos são submetidos a trabalhos insalubres e ainda contam com uma jornada extensa de trabalho. Ricardo Antunes (1999, p.53) chama a atenção para as “empresas que dispõem de menos contingente de força de trabalho e que apesar disso têm maiores índices de produtividade”. Esse fato fortalece o processo de terceirização e a superexploração, além de acarretar menos gastos à fábrica.

Liliana Rolfsen Petrilli Segnini (1999) constatou que o “desemprego elevado no setor possibilita que bancários, anteriormente qualificados pelos bancos, sejam contratados pelas terceirizadoras de serviços em condições precárias, sobretudo em relação aos direitos trabalhistas” (p. 194). Percebe-se que a qualificação, as condições de trabalho e os direitos trabalhistas, antes privilegiados no banco, perdem-se diante da empresa terceirizada.

Segundo Eraldo Leme Batista (2006, p. 45), os objetivos que orientam o processo de terceirização são “a minimização dos custos relativos ao trabalho e a intensificação da produtividade do trabalhador.

Marcio Pochmann (2001) ressalta em suas formulações que:

Por conta das transformações no ambiente ocupacional, que definem o conteúdo do posto de trabalho e impõem uma nova base de conhecimento para o exercício da atividade laboral, parece haver uma maior necessidade de readaptações nos programas de formação profissional (p.43).

Pochmann (ibid.) acrescenta que, no decorrer da introdução do novo padrão de produção, houve entre as grandes corporações transnacionais mudanças significativas na organização do trabalho e na gestão da produção. Assim, uma nova conduta foi incorporada pelo meio empresarial, composta por novas estratégias de competitividade e produtividade, sendo necessária a adoção de uma nova conduta também por parte dos trabalhadores.

As estratégias de competitividade integram a desverticalização da produção, diversificação dos produtos, elevação na qualidade dos produtos, inovações tecnológicas e nova conduta empresarial. As estratégias de produtividade compõem-se da flexibilidade produtiva, da redução de custos e do tempo morto, dos programas de remuneração distintos, da gestão participativa, da redução dos estoques e redefinição do conteúdo da atividade empresarial (ibid.).

Neste novo cenário prescrito pelo toyotismo no meio de produção, a ampliação das horas extras para os trabalhadores é essencial para que as empresas ganhem lucro utilizando-se da exaustão do trabalhador. Com a introdução do aumento incontrolável

das horas extras, presencia-se um aumento do desemprego na mesma medida em que cresce a fragmentação da classe trabalhadora.

### **AS NOVAS EXIGÊNCIAS PARA O PERFIL DO TRABALHADOR E A SUA QUALIFICAÇÃO**

Conforme ocorrem as mudanças no campo do trabalho, as exigências no campo da qualificação profissional também mudam. Sílvia Maria Manfredi (1998) destaca que todas as expressões quanto à qualificação, competência ou formação profissional, direcionam para determinado interesse, seja político ou social.

Isso se verifica nas defesas de diversos economistas. Na visão de Theodore Schultz, o capitalismo almeja um trabalhador melhor qualificado em defesa de uma educação ampliada, de acordo com o crescimento econômico. A Teoria do Capital Humano, desenvolvida por ele, visava uma preocupação com o mundo desenvolvido. O economista defendia que a escola qualificava e preparava o homem para o trabalho (BAZILIO, 1993).

Frederick Harbison, outro economista que defendia a educação para o progresso, apontava que as pessoas com formação de capital humano eram possuidoras de habilidades favoráveis ao desenvolvimento do país. Sendo assim, as qualificações tomaram força no meio educacional, o que causou um crescimento de formação profissional, ou seja, a preparação da mão de obra para o capital. Aquele que obtivesse maior número de diplomas teria mais oportunidade (MANFREDI, op. cit.).

Marcio Pochmann (1999), em suas formulações, afirma que, no Brasil, o nível de escolarização demonstra-se demasiadamente baixo, apesar do número de trabalhadores com ensino médio completo e superior terem aumentado entre os anos de 1980 e 1993. O mesmo autor (ibid.) explicita que a busca de melhor qualificação tende a ser vista como forma de elevação para a mão de obra, uma vez que a educação torna-se necessária para a aquisição do emprego. Este fato é confirmado pelas formulações de Manfredi (op.cit.), que mostra a valorização da educação para cargos mais elevados. Esses fatores quanto à qualificação são característicos do período taylorista/fordista, visto que a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual é apontada explicitamente devido à valorização do conhecimento técnico-científico, contra a desvalorização da prática.

Acácia Kuenzer (1986) mostra que a qualificação é valorizada quando a tarefa do trabalhador é simplificada, já que para o capital as atividades simples não necessitam de trabalho intelectual. Segundo Kuenzer (ibid.), durante o padrão de acumulação taylorista/fordista, o controle realizado por meio do trabalho dividido, da rotatividade interna, da estrutura de supervisão com os operários denota a educação posta pela empresa. O capitalismo inculca valores práticos aos trabalhadores, negando-lhes o saber elaborado.

Manfredi (op. cit.) destaca que a concepção de qualificação surge como forma de preparação de capital humano ligada à:

[...] necessidade de planejar e racionalizar os investimentos do Estado no que diz respeito à educação escolar, visando, no nível macro, garantir uma maior adequação entre demandas dos sistemas ocupacionais e do sistema educacional. (p. 15-16).

No plano micro, a qualificação aparece numa relação entre a escolarização alcançada pelo trabalhador e a produtividade e o salário recebido (FERRETTI et. al., 2003).

Celso João Ferretti e João dos Reis Silva Júnior (2000) acrescentam que para algumas correntes da sociologia do trabalho, de origem francesa e anglo-saxônica, a noção de qualificação deve ser vista de modo amplo e complexo. A razão disso é a sua extensão no âmbito da ocupação do trabalhador, que depende não somente de suas habilidades, mas que vai além da condição de classe, perpassando pela etnia, gênero, idade, percorrendo até a “correlação de forças que envolve grupos de trabalhadores em disputas internas ao seu coletivo ou que mobiliza esse mesmo coletivo ou grupos específicos nos embates com a empresa” (p. 47).

Manfredi (op. cit.) ressalta ainda que “o conceito de qualificação não se reduz à dimensão técnico-científica, mas também possui conotações sociais e político-ideológicas, que passam a ser explicitamente valorizadas pelo capital” (p. 30). Deste modo, a busca por qualificações demandou no surgimento de políticas educacionais voltadas para a formação dos trabalhadores.

Patrícia Vieira Trópia (2006) explicita a articulação de interesses quanto ao direcionamento das qualificações. Ao analisar o documento intitulado “Relações capital e trabalho” utilizado em

cursos de formação política para o trabalhador, Trópia (ibid.) mostra que a natureza do documento é formar o trabalhador para a busca do diálogo com o patrão.

A autora (ibid.) destaca a posição dos sindicatos na luta salarial e ainda enfatiza a importância e necessidade da constante qualificação do trabalhador. O documento defende que o trabalhador consciente é aquele que se preocupa com a qualificação para continuar empregado e não aquele que só se preocupa com o seu salário. Conclui que certas organizações, que deveriam atender aos interesses do trabalhador, utilizam a qualificação profissional como conformadora e conciliadora de classes.

Ricardo Antunes (op. cit.) explicita que, diferente do taylorismo/fordismo, as novas organizações do trabalho se fundamentam:

[...] num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo freqüentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas etc (p. 52).

Com as novas organizações do trabalho – oriundas da crise do capitalismo –, surge a necessidade de um novo perfil do trabalhador. A qualificação por si só não basta, é necessário que o trabalhador tenha competências. No modelo de produção toyotista, exige-se que o trabalhador seja apto para adaptar-se a situações novas, tenha responsabilidade, boa comunicação, capacidade de abstração, criatividade e seja polivalente.

A exigência para este novo perfil do trabalhador se deve às tecnologias advindas do toyotismo. Ao contrário do que se imaginava, a introdução da tecnologia no meio fabril não abrandou o trabalho do operariado, mas intensificou as condições de exploração de sua força de trabalho (ANTUNES, op.cit.).

Marise Nogueira Ramos (op.cit.) explicita que como:

A competência passa a estar no princípio da organização do trabalho [...] são apresentadas como propriedades instáveis dentro e fora do exercício do trabalho. Significa

dizer que uma gestão fundada na competência encerra a idéia de que um assalariado deve se submeter a uma validação permanente, dando constantemente provas de sua adequação ao posto, de seu direito a uma promoção ou a uma modalidade promocional (p. 194).

**A autora (ibid.) acrescenta que:**

A evolução das situações de trabalho e a definição dos empregos passam a ocorrer muito mais em virtude dos arranjos individuais do que das classificações ou da gestão dos postos de trabalho a que se referiam às qualificações (p. 194).

**Logo, o trabalhador na figura polivalente é redistribuído em células, para que possa desenvolver várias tarefas, evitando que a produção pare, garantindo, assim, que a empresa tenha ganhos na produtividade e na economia (FRANCA, 2007).**

**É nesse segmento, que Ramos (op. cit.) expõe que a competência não se resume apenas "à gestão da flexibilidade técnica e organizacional do trabalho", mas a competência "associa-se fortemente à noção de empregabilidade" (p. 176).**

**Ramos (ibid.) acrescenta ainda que a competência tem como implicação a atenção aos eventos. A autora (ibid.) exemplifica que os eventos são:**

[...] aquilo que ocorre de maneira particularmente imprevista, surpreendente, vindo perturbar o desenvolvimento normal do sistema de produção, ultrapassando a capacidade automatizada de assegurar sua auto-regulação (p. 177).

**Em outras palavras, o trabalhador deve ter competência para fazer aquilo que as máquinas ainda não têm competência para fazer, uma vez que a previsão abstrata de um problema tal como a imaginação é uma qualidade única do homem. Assim, as ações aplicadas aos eventos se posicionam como uma perspectiva qualificante do trabalhador (ibid.).**

**A gestão por competência compreende os seguintes aspectos: a gestão individualizada dos trabalhadores, para se adequar aos**

**objetivos e recursos da empresa; desenvolvimento das competências individuais; reconhecimento das competências adquiridas pelo trabalhador e remuneração de acordo com a função exercida (ibid.).**

**As empresas passam a adotar procedimentos como análise e identificação das competências que são requeridas pelos empregos e adquiridas pelos trabalhadores, passam a desenvolver dispositivos de aquisição de competências, além de desenvolver instrumentos de gestão previsional, ou seja, a previsão de competências que futuramente devem ser exigidas no trabalho (ibid.).**

**Segundo Ricardo Antunes e Giovanni Alves (op. cit.) no modo de produção toyotista a empresa visa:**

[...] apropriar-se crescentemente da sua dimensão intelectual, das suas capacidades cognitivas, procurando envolver mais forte e intensamente a subjetividade operária. Os trabalhos em equipes, os círculos de controle, as sugestões oriundas do chão da fábrica, são recolhidos e apropriados pelo capital nessa fase de reestruturação produtiva. Suas idéias são absorvidas pelas empresas, após uma análise e comprovação de sua exeqüibilidade e vantagem (lucrativa) para o capital. Mas o processo não se restringe a essa dimensão, uma vez que parte do saber intelectual do trabalho é transferida para as máquinas informatizadas, que se tornam mais inteligentes. Como a máquina não pode suprimir o trabalho humano, ela necessita de uma maior interação entre a subjetividade que trabalha e o novo maquinário inteligente. Surge, portanto, o envolvimento interativo que aumenta ainda mais o estranhamento do trabalho, ampliando as formas modernas de fetichismo, distanciando ainda mais a subjetividade do exercício de uma cotidianidade autêntica e autodeterminada (p. 347).

**Com a introdução do toyotismo, novas estratégias empresariais passam a ser adotadas para assegurar o controle dos meios de produção. Neste cenário, a empresa que focaliza na produção e visa terceirizar seu setor de serviços possui melhores condições de conviver com a concorrência e a instabilidade econômica (POCHMANN, 2001).**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a crescente onda de globalização e a ordem neoliberal empurram cada vez mais a classe trabalhadora para a miséria, pois diferente da classe dominante, os trabalhadores não possuem a mesma mobilidade do capital. Carlos Cesar Almendra (1998, p. 148) explicita que “o capital se globaliza, a mercadoria se globaliza, mas o trabalho tem no espaço nacional seu cárcere”.

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho contribuíram para o aparecimento de novas formas de produção, estando englobado, neste cenário, o processo de horizontalização e o surgimento da periferia da força de trabalho. Esta nova forma de organização industrial representa para o trabalhador a intensificação e a precarização do seu trabalho, além de perdas trabalhistas, e a fragmentação da classe, que acaba por diferenciar até mesmo os trabalhadores que desempenham funções semelhantes.

Observa-se que a qualificação e as competências são distintas entre si. As qualificações visam somente algumas habilidades, devido ao serviço simples braçal e a integração da coletividade. Por outro lado, as competências visam o indivíduo, seu aprendizado e sua ação individual (MOURÃO, 2003). As novas exigências vão muito além das capacidades puramente técnicas, elas permeiam o campo psicológico, pessoal e cultural do trabalhador. Por isso, Silvia Maria Manfredi (op.cit.) alega que as expressões qualificações e competências estão acopladas, tanto uma como a outra a um determinado interesse.

Em outro segmento, Ricardo Antunes (2007) apresenta a desqualificação e a desespecialização, que afetaram a classe trabalhadora. Segundo o autor (ibid.) a desqualificação resultou das transformações que atingiram os diversos setores do operariado e que, conseqüentemente, levaram a desespecialização do operariado adepto do fordismo. Contudo, essa desespecialização não afetou somente o operariado industrial, mas alcançou aos trabalhadores temporários, terceirizados, informais etc., pois com o fim das especialidades a tendência da desprofissionalização atinge de maneira grosseira esta categoria, principalmente por esta compreender formas específicas de fragilidade no âmbito do trabalho como a precarização, instabilidade e intensificação do trabalho.

## ABSTRACT

The aim of this paper is to discuss the changes in the world of work and industry requirements for the profile of the new type of worker. In the first part, we tried to focus on the crisis of the capitalist system and its specificities. In the second part, we tried to present the process of globalization, productive restructuring and new forms of work organization and consequences of these changes to the content of the work and the worker. In the third part we tried to address the implementation of the Toyota model and its effects on the labor market and the emergence of the periphery of the workforce. And finally, the fourth part sought to present the demands of industry for the profile of the worker, since the concepts of qualification and skills arising from changes in the world of work.

**Keywords:** The world of work. New type of worker. Qualifications and competence.

## REFERÊNCIAS

- ALMENDRA, Carlos Cesar. Globalização e imperialismo. Revista Estudos: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, n 44, p. 133-165, 1998.
- ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In. SADER, Emir. GENTILI, Pablo (orgs). Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 9-23.
- ANTUNES, Ricardo L. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- \_\_\_\_\_. Adeus ao trabalho? : Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12 ed. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 2007.
- \_\_\_\_\_. ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. Educação & Sociedade: revista quadrimestral da Ciência da Educação/Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes), Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, Mai/Ago. 2004.
- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. Crises econômicas e desenvolvimento do capitalismo. Revista Estudos: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, n 44, p. 51-66, 1998.
- BANDEIRA, Vinicius. Globalização ou crise mundial do capitalismo? Revista Estudos: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, n 44, p. 183-203, 1998.

## O mundo do trabalho... - Debora D. B. de Almeida Mendonça

BATISTA, Eraldo Leme. Terceirização no Brasil e suas implicações para os trabalhadores. Campinas, [s.n.], 2006. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2006.

BAZILIO, Luiz Cavalieri. Processo e relações de trabalho no banco verde. 1993. 150 f. Tese (doutorado ciências sociais) - Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 1993.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

COGGIOLA, Osvaldo. Introdução à teoria econômica marxista. São Paulo: Viramundo, 1998.

FERRETTI, Celso João; SILVA JUNIOR, João dos Reis. Educação profissional numa sociedade sem empregos. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 109, mar. 2000. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742000000100003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742000000100003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 31 mai. 2009.

\_\_\_\_\_. et. al. Escola e fábrica: vozes de trabalhadores em uma indústria de ponta. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 118, mar. 2003. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742003000100007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742003000100007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 23 mai. 2009.

FRANCA, Gilberto Cunha, O trabalho no espaço da fábrica: um estudo da General Motors em São José dos Campos (SP). São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FRIGOTTO. Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. 5 ed. São Paulo: Cortez. 2003.

GOUNET, Thomas. Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 9 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

KUENZER, Acácia Zeneida. Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1986.

MANFREDI, Silvia Maria. Trabalho, qualificação e competência profissional – das dimensões conceituais e políticas. Educação & Sociedade: revista quadrimestral da Ciência da Educação/Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes), Campinas, ano XIX, n. 64, p.13-45, Set. 1998.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro 1, v.1, 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. O capital: crítica da economia política. Livro 3, v. IV, 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

\_\_\_\_\_. ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. A competência e a qualificação: conceitos historicamente construídos para atender interesses de classe. In: REUNIÃO

ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. 26, 2003, Poços de Caldas. Anais... Rio de Janeiro: Anped. 2003. p.1-19. Disponível em: <[http://www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/a\\_rmindarachelbotelhomourao.rtf](http://www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/a_rmindarachelbotelhomourao.rtf)>. Acesso em: 1 ago. 2008.

POCHMANN, Marcio. O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.

\_\_\_\_\_. O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

RAGO, Luzia Margareth. MOREIRA, Eduardo. O que é taylorismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da educação. 6 ed. S. L. Lamparina, 2007.

RAMOS, Marise Nogueira. A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação? 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTIAGO, Pérsio. Alguns aspectos das teorias sobre as crises econômicas: o século XIX. Revista Estudos: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, n. 44, p. 15-66, 1998.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Reestruturação nos Bancos no Brasil: desemprego, subcontratação e intensificação do trabalho. Educação & Sociedade: revista quadrimestral da Ciência da Educação/Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes), Campinas, ano XX, n. 67, p.183-209, Ago. 1999.

TREIN, Eunice Schilling. A contribuição do pensamento marxista à educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B (Org.). A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação. Rio de Janeiro: Quartet, 2007. p. 113-134.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. Política de qualificação profissional e difusão do neoliberalismo no meio operário. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. 29, 2006, Caxambu. Anais... Rio de Janeiro: Anped. 2006. p.1-17. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT09-1740--Int.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2008.

SINGER, Paul. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

VASAPOLLO, Luciano. O trabalho atípico e a precariedade. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

**Recebido em 1/abril/2016**

**Aprovado em 1/maio/2016**